

# CONTRIBUIÇÕES DE PAUL RICOEUR AOS HISTORIADORES ACERCA DA FENOMENOLOGIA DA MEMÓRIA

Rodrigo Bianchini Cracco<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo buscamos apresentar possibilidades de apropriação do debate ricoeuriano acerca da memória entre os historiadores. Nas primeiras páginas revisitamos o caminho percorrido por Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento*, destacando os elementos da fenomenologia da memória em particular ligados à prática historiográfica. Na sequência apresentamos de que forma historiadores como François Hartog, François Dosse, Henry Rousso e Régine Robin se apropriaram da reflexão ricoeuriana acerca da memória em seus trabalhos. Neste percurso pudemos notar que a falsa impressão de esgotamento do debate sobre o tema da memória é deslocada em favor de uma renovação das questões, na medida em que a noção de trabalho de memória incide diretamente sobre a dimensão ético-política dos liames entre história e memória.

**Palavras-Chave:** Paul Ricoeur; história; memória; apropriação.

## PAUL RICOEUR'S CONTRIBUTIONS TO HISTORIANS ABOUT PHENOMENOLOGY OF MEMORY

**Abstract:** This article aims to present appropriation possibilities of Ricoeur's debate about memory among historians. In the first pages we revisit Paul Ricoeur's considerations in *Memory, History, Forgetting*, highlighting the elements about phenomenology of memory, in particular linked to historiographic practice. In sequence we present how historians such as François Hartog, François Dosse, Henry Rousso and Régine Robin appropriated Ricoeur's reflections on memory in their own works. In this way we can note that the false impression of exhaustion of the debate concerning the theme of memory is shifted in favor of a renewal of questions, insofar the notion of memory's work focuses directly on the ethical-political dimension of the links between history and memory.

**Keywords:** Paul Ricoeur; memory; history; appropriation.

---

\* Texto proveniente de reformulações da tese defendida em 2015, inédita e não publicada, financiada pela CAPES.

<sup>1</sup> Graduado e mestre em História pela Unesp/Assis; doutor em História pela UFMG. Professor do curso de História da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. E-mail: cracco2011@gmail.com

A memória é invocada para cumprir as mais diversas funções, e também por grupos bastante distintos, na esfera pública. Dentre esses grupos podemos citar: as minorias perseguidas; “vítimas”, “agressores” e veteranos das duas grandes Guerras Mundiais, em especial as testemunhas da Shoah. Ainda podemos incluir os estudiosos da escravidão; grupos feministas; grupos de direitos humanos; países em processo de descolonização; países em períodos pós-Estados ditatoriais; representações nacionais em geral, entre uma infinidade de outros exemplos possíveis.

Uma pragmática da memória serve de base para a ação política. A memória implicada na evidência dos atores assume feições de testemunho crível, legitimador de ações de reparação ou condenação. A ampliação do espaço público destinado à memória supera assim os clássicos lugares de memória, estendendo-se também aos tribunais, parlamentos, templos religiosos, bem como aos ambientes de sociabilidade virtual nos quais a memória é utilizada de maneira tão ampla quanto dissimulada.

O impacto gerado pelos acontecimentos traumáticos do século XX é de suma importância para o debate acerca da memória. O século XX ficou marcado, sem dúvida, pelo avanço da medicina, pelo desenvolvimento acelerado da tecnologia e de sua relativa popularização, pela revolução dos meios de transporte e das comunicações, entre outras benesses geradoras de transformações e inovações constantes, colocadas à disposição para o consumo de uma parcela da população mundial. Mas também neste século a Primeira Guerra Mundial matou não-militares na mesma proporção de combatentes (cerca de 10 milhões cada, sem contar a gripe espanhola, seqüela da guerra, que deixou entre 20 e 50 milhões de mortos). Os conflitos religiosos, alguns deles milenares, atingiram patamares de violência e números de vítimas poucas vezes vistos na história. Mais de 30 anos de guerras em nível mundial seguidos por ondas de guerrilhas e rebeliões locais marcaram militarmente o século passado. Diversos regimes democráticos colapsaram, substituídos por formas diversificadas de autoritarismos. Armas com poder de destruição inédito foram direcionadas a alvos civis na Segunda Guerra Mundial. Todos estes traumas estão ainda marcados no espírito e nos corpos não apenas das pessoas que os vivenciaram, mas inclusive pesam sobre os que herdaram mais ou menos diretamente os espólios ou seqüelas deste último século. A experiência vivenciada pelos sujeitos e compartilhada pelos grupos com sua própria temporalidade sobrepõe-se assim ao tempo da alteridade, do

estranhamento gerado pela distância temporal. A memória estende-se sobre a história, justamente em função do tempo histórico ou do regime de historicidade que caracteriza a segunda metade do século XX e o início do século XXI.

Alguns dos temas mais relevantes das ciências sociais e humanas da atualidade apontam de forma direta ao trabalho de memória, isso porque o lugar de produção dos cientistas sociais impele a produção acadêmica em direção aos temas relacionados à investida mnemônica. Essa função pragmática da memória somada ao interesse acadêmico de temas relacionados ao século XX colocou em evidência o trabalho dos cientistas sociais. Dentre estes estão presentes também os historiadores em função da problemática ético-política implicada nos usos da memória. Segundo Paul Ricoeur, “[...] o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da “mimética” incorreta. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado” (RICOEUR, 2007: 72).

Um dos mais difundidos meios de apropriação da obra de Paul Ricoeur entre historiadores diz respeito às definições de limites e das características da memória e da história. A publicação de *A memória, a história, o esquecimento*, principal referência para o debate aqui proposto, cobre uma lacuna da obra ricoeuriana. O próprio filósofo afirma que ela se constituiu a partir dos debates desenvolvidos em *Tempo e Narrativa* e em *Si mesmo como outro*. Aliás, a constituição da obra ricoeuriana representada pela imagem de uma espiral – soma da retomada cíclica de temas e de uma constante evolução – parece caracterizar bem a sua produção. Ao contrário de uma contínua retificação de temas já anteriormente discutidos, a filosofia de Ricoeur parece avançar sem, entretanto, ignorar os problemas suscitados pela própria pesquisa. “Retrospectivamente, escreveu Ricoeur, parece que cada um de meus livros quis responder a uma questão que se impôs com contornos bem definidos. E os livros que se seguiram vieram de questões não resolvidas pelos precedentes” (RICOEUR, 2011: 15).

A contribuição de Ricoeur para os historiadores que debatem o tema da memória passou a ser crucial a partir do ano 2000, na medida em que a pesquisa ricoeuriana correlacionou um leque de debates sobre o tema da memória. Aí se incluem filósofos, sociólogos, psicanalistas, antropólogos e historiadores. Além da pluralidade das perspectivas abordadas, Ricoeur também avança significativamente com relação aos usos

práticos da memória – principalmente do *dever de memória* e do *esquecimento* – em âmbito político e ético, o que abre novas possibilidades de trabalhos aos historiadores das culturas políticas, por exemplo. Esse desdobramento do debate para além das fronteiras disciplinares é uma característica chave da filosofia ricoeuriana, além de um exemplo de pluralismo interpretativo, digno de ser reproduzido entre os historiadores.

Com a publicação de *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur aborda o tema da memória aliado ao da história, esta última em seu viés epistemológico e ontológico para, por fim, apresentar um longo epílogo acerca do perdão. Ao debater os temas relacionados à memória, a estrutura adotada por Ricoeur remete a uma sucessão de abordagens clássicas sobre o assunto em três linhas distintas. Em realidade, o avanço proporcionado pela pesquisa ricoeuriana acerca da memória não está em apresentar novos problemas, mas em articular os já existentes de forma interdependente, realmente tecidos.

Na primeira das três abordagens da memória, Ricoeur direciona-se à fenomenologia da memória e sua herança grega. Procura nos diálogos platônicos *Teeteto* e *O Sofista*, e, em *De Memória et Reminiscentia*, de Aristóteles, os elementos gregos para debater os temas do conhecimento e da memória. Posteriormente, agrega o pensamento de Henri Bergson e Edmund Husserl como atualizações dos questionamentos colocados pelos gregos.

Apesar de inovar no que diz respeito às fontes gregas, o debate desenvolvido por Ricoeur em toda essa parte já conta com uma tradição de estudos acadêmicos. Vários autores que se dedicam às diferenças e interações entre oralidade e cultura escrita trilharam os caminhos da memória desde a Grécia devido ao papel central desempenhado pelos processos mnemônicos entre as sociedades de oralidade primária. Paul Zumthor, Walter Ong, Ernst Robert Curtius, e outros, tiveram necessariamente que refazer esse caminho<sup>2</sup>.

No entanto, cabe notar que o diálogo platônico no qual esses autores mais se debruçam é o *Fedro*, o qual possui todo um trecho acerca da reminiscência. De forma diferente, Ricoeur acrescenta o *Teeteto* e *O Sofista*. Em função disso, a abordagem fenomênico-cognitiva ricoeuriana causou um maior impacto entre os historiadores que as abordagens anteriormente citadas. Vejamos como Ricoeur apresenta a questão qual como colocada pela Antiguidade Clássica.

---

<sup>2</sup> As obras dos autores citados nesse parágrafo, que remetem ao tema debatido, estão arroladas na bibliografia.

Os gregos tinham duas palavras distintas para referirem-se à memória: primeiramente como *mnē mē*, para caracterizar a memória que se dá a mente de forma passiva, involuntária, numa carga de passado (*pathos*), isto é, ter uma memória como um tipo de registro; e, em segundo lugar, a *anamnēsis*, como busca de algo do passado, uma recordação desejada. Entre o registro e o trabalho de rememoração existem demandas intermediárias que não permitem a redução de uma à outra, apesar da usual denominação comum nas línguas modernas. O registro mnemônico, em função de sua constituição muitas vezes involuntária, nem sempre se converte em uma lembrança desejável, o que pode mesmo levar à supressão, pelo inconsciente, de determinadas memórias em função do tormento elas que podem encetar. Por outro lado, a *anamnēsis* é uma atividade consciente, da esfera do agir, que nem por isso é sempre profícua. O esforço para lembrar-se pode levar a distorções da realidade, voluntárias ou não, para a legitimação de uma ação ou função de poder. Assim criam-se as ucronias e as falsificações.

Mas o que liga as duas formas de conceber a memória entre os gregos é a ‘distância’ temporal: entre o momento em que uma memória é registrada e um segundo momento, no qual aquela memória vem à consciência e é retomada, de forma voluntária ou não, constitui-se uma distância temporal. Esse decurso é essencial para a memória, posto que a separa da imaginação. Tanto memória quanto imaginação fazem o mesmo de tornar presente um ausente, mas com a diferença de que uma busca o ausente anterior, enquanto a outra não se liga a um referente necessariamente *tendo-sido*, mas concebe potencialmente qualquer possibilidade do pensamento.

Essa separação, todavia, deve ser mitigada no debate acerca da representação historiadora do passado: isso não significa dizer que o historiador pode associar livremente o passado efetivamente *tendo-sido* enquanto referente “real” com, por outro lado, a imaginação livremente articulada, referenciada apenas à potência criadora dos sujeitos. Isso de duas formas: primeiro, sabe-se quanto a imaginação produtiva é essencial para o historiador no seu trabalho de estabelecimento dos acontecimentos em intriga. Essa imaginação não é simplesmente livre de normas, mas corresponde a uma operação debatida por Ricoeur principalmente ao tratar da *mimesis* II em *Tempo e Narrativa*<sup>3</sup>. O trabalho de

---

<sup>3</sup> Para Ricoeur, a narrativa (histórica ou de outro tipo) não se confunde com a experiência, mas a retoma e a tem como referente. O círculo hermenêutico, em suas diversas fases, é capaz de estabelecer o laço entre a

configuração textual do historiador implica interpretação, preenchimento de lacunas e sistematização da intriga, mas sempre a partir dos vestígios aos quais se tem acesso. Em contrapartida, deve-se considerar que no testemunho a imaginação já é propriamente uma representação. Assim, quando diante de um testemunho, o historiador coloca em ação a crítica para estimar a dimensão referencial deste e elucidar, pelo cruzamento com fontes de outra natureza, a imaginação ou a concretude dele. Mesmo quando se verifica a total inautenticidade de um testemunho, ainda assim ele é significativo, na medida em que ele já se constitui como uma representação, mesmo que distorcida intencionalmente, ou não, da realidade. Para a produção de sentido, a intenção ao contar uma história é tão significativa quanto à dimensão referencial da história contada. Como coloca Ricoeur (2007: 41) “[...] o testemunho constitui a estrutura fundamental de transição entre a memória e a história”, ou seja, é a partir do testemunho que se discrimina o discurso da lembrança, com sua ênfase empática e pautada pelo reconhecimento, do discurso da história, com seu ressaltado crítico.

Após tratar da herança grega da memória, Ricoeur ‘moderniza’ o debate acerca da fenomenologia da memória por meio de autores como Bergson, Husserl e Casey. No que concerne aos objetivos do presente artigo, vamos nos focar apenas na contribuição de Bergson.

A memória se apresenta de diferentes formas no que diz respeito a sua forma de estabelecimento nos sujeitos. Entre memória-hábito e memória-lembrança apresenta-se uma diferença essencial. Esse par de formas de memória remete a Bergson em *Matéria e Memória*. Como memória-hábito tem-se as lições *aprendidas* e as ações do presente que delas resultam, por passarem a fazer parte do “hábito”, tal qual nas ações de escrever, andar, falar, entre outros. É uma memória ligada à apropriação de alguma lição, que se torna hábito incorporado.

A memória-lembrança, por outro lado, é a de algum evento singular, que tem sua colocação própria no tempo e ocupa um lugar único na memória. É uma representação propriamente. Entre estas duas formas de memória existe um hiato importante para a

---

vivência cotidiana e o reconhecimento de uma outra realidade por meio da narrativa. Assim mimese I é caracterizada como a pré-compreensão da experiência; mimeses II é o momento de configuração narrativa, no qual os elementos aparentemente dispersos da experiência são organizados temporalmente e se adequam às regras de composição narrativa; por fim mimese III é o momento da apropriação, quando determinada narrativa é recebida por um leitor (ou ouvinte, etc.), e este, por sua vez, atribui um sentido a ela, ao mesmo tempo em que transforma seu próprio horizonte.

prática do historiador que é, todavia, bastante negligenciado. A partir da recuperação pela via fenomenológica que Ricoeur faz de Bergson, o historiador é levado a considerar essas duas diferentes formas de memória em seu ofício: enquanto memória-lembrança, o historiador faz uma representação do passado por meio dos vestígios; por outro lado, a memória-hábito apresenta-se como um importante resultado da função pedagógica da história, ou seja, a possibilidade aberta aos indivíduos de aprimorarem seu agir por meio das representações de eventos passados.

O desenvolvimento de habilidades e competências como a crítica, a identificação e reconhecimento, o estabelecimento de relações, a interpretação, entre outras, relacionadas ao ensino de história, estão estritamente ligadas ao que Bergson chamou de memória-hábito. Acreditamos que há uma diferença, contudo, entre a memória-hábito e a refiguração da ação a partir da apropriação, com base na separação entre pragmática e ontologia. Se a primeira permite que habilidades tornem-se parte do dia-a-dia dos sujeitos, a segunda promove uma mutação desse sujeito em algo diferente (na *ipseidade*) do que foi.

Seguindo o debate do par hábito e lembrança, tem-se a dupla evocação/busca ou, como coloca Bergson, tem-se a “recordação laboriosa” e a “recordação instantânea” (RICOEUR, 2007: 46). Nesse ponto, Bergson remete à lembrança que vem aos sujeitos espontaneamente conforme a particularidade de determinada situação, em razão da empatia ou de relações icônicas e indiciais. É a lembrança que se dá irrefletidamente à mente em função das circunstâncias. Por outro lado, tem-se a recordação laboriosa, que remete ao esforço de, em primeiro lugar, produzir e reter voluntariamente memórias com fins práticos e, segundo, de resgate ostensivo dessas memórias. Recordação instantânea e recordação laboriosa distinguem-se ainda entre aspectos afetivos e intelectuais da memorização, o que é bastante intuitivo e dispensa maiores comentários.

Na segunda abordagem da fenomenologia da memória, Ricoeur parte para uma aproximação mais pragmática mantendo os autores na base do debate anterior e acrescentando Sigmund Freud e Frances Yates. Todo esse seguimento é fundamental para os problemas posteriores do livro, na medida em que são discutidos os usos e abusos políticos (num sentido lato) da memória. O epílogo do livro, que trabalha em torno das possibilidades de perdão, anistia e esquecimento, possui uma ligação direta com essa passagem. Assim, nos termos de Ricoeur:

De fato, não se pode ignorar as condições históricas nas quais o dever de memória é requerido, a saber, na Europa ocidental e particularmente na França, algumas décadas após os horríveis acontecimentos de meados do século XX. A injunção só passa a fazer sentido em relação às dificuldades, vivenciada pela comunidade nacional ou pelas partes feridas do corpo político, de constituir uma memória desses acontecimentos de modo apaziguado. Não se poderia falar dessas dificuldades de maneira responsável sem ter antes atravessado as planícies áridas da epistemologia do conhecimento histórico para chegar à região dos conflitos entre memória individual, memória coletiva, memória histórica, nesse ponto em que a memória viva dos sobreviventes enfrenta o olhar distanciado e crítico do historiador, para não mencionar o do juiz (RICOEUR, 2007:99).

Os usos políticos da memória, tais como tratados por Ricoeur, causaram um triplo interesse na comunidade de historiadores. Se, por um lado, os historiadores da *Shoah*, em especial os europeus, encontram subsídios para debater o alcance e os limites possíveis da representação historiadora, por outro, os historiadores de nações que passaram por regimes autoritários no século XX, entre os quais se incluem os historiadores brasileiros, têm também uma arregimentação teórica para debater seus temas. Além destes, outra temática favorecida pelos debates ricoeurianos acerca da memória é a dos processos de descolonização, tema especialmente relevante no contexto africano, mas também debatido na América Latina e Ásia<sup>4</sup>.

Essa pragmática da memória tem uma característica política bastante relevante: não se trata apenas de debater teoricamente os mecanismos mnemônicos, mas de relacionar a memória aos fatos traumáticos ou decisivos que a geraram. Há um esforço constante nesta obra de Ricoeur no sentido de debater a memória a partir, e em função, dos eventos e dos sujeitos envolvidos em toda a sua complexidade. Buscamos afirmar com isso que essa interpretação da memória de traumas do século XX está solidamente pautada pelos referentes históricos que geraram tais memórias; a implicação mais direta disso é a historicização da memória.

É particularmente nesse trecho da obra que vemos Ricoeur articular a teoria da ação, a pragmática, a hermenêutica e, em especial, a história, a fim de produzir uma leitura complexa da memória. Os mais diversos grupos politicamente interessados nessas

---

<sup>4</sup> Sobre a apropriação política das teses ricoeurianas acerca da memória ver o excelente texto de Catherine Goldenstein (2013).



memórias passam então a recorrer à filosofia ricoeuriana para arregimentarem seus argumentos, inclusive revisionistas. As possibilidades de justiça pela memória – ideia tão complexa e perigosa quanto produtiva – tornam-se temas recorrentes.

Essa parte do debate está dividida em três: a memória impedida, manipulada e obrigada. Quanto à primeira, o que está em jogo é a memória patológica, a memória impedida de ser retomada, a não ser a partir de um trabalho terapêutico, em função da melancolia e das lembranças ruins que constituem sua função referencial. É utilizando-se de uma adaptação da teoria psicanalítica de Freud, aplicada às coletividades, que Ricoeur constrói sua argumentação da memória impedida.

Freud, na leitura de Ricoeur, reconhece que a recordação das lembranças traumáticas fica muitas vezes obstruída em função da dor que suscita. Assim, é comum não recordar e interpretar esses fatos traumáticos, mas reproduzi-los na forma de ação, muitas vezes sem saber que o faz. Nesse sentido, a reprodução de preconceitos por quem é vítima deles, ou ainda as dificuldades em lidar com a própria sexualidade, que pode desembocar em atos violentos contra si mesmo e contra outros, das vítimas de abuso sexual, são exemplos típicos. O trabalho terapêutico, por meio da narrativa de si do paciente oferece uma possível saída para esses conflitos.

O trabalho de luto, no que diz respeito aos traumas das memórias coletivas, desempenha um papel primordial para lidar com memórias impedidas:

O que faz do luto um fenômeno normal, embora doloroso, é que, ‘quando o trabalho de luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido’. É por esse aspecto que o trabalho de luto pode ser comparado com o trabalho de lembrança (RICOEUR, 2007: 86).

Nesse sentido, a função de libertação, que se segue ao padecimento do trabalho de luto, constitui a positividade do difícil trabalho de recordação das memórias impedidas. Não se deve perder de vista que o trabalho de luto tem uma relação com a memória que remete ao tempo. Lembrar não é apenas trazer à mente memórias de outros tempos, mas também requer, por sua vez, um tempo de elaboração, para que o luto se torne suportável. Essa mesma relação se institui entre memória e história para a conversão de um tempo vivido em um tempo refletido, narrado.

Para que esta transferência do pensamento psicanalítico possa funcionar, é preciso pressupor que as memórias coletivas são também portadoras de traumas e fraturas tal como as subjetividades. Todavia, não é difícil observar tal pressuposição: os comportamentos de luto coletivo são bastante evidentes, tanto em nível nacional – nas datas de golpes políticos, das guerras, dos desastres, etc. – quanto na religião – a sexta-feira da paixão para os cristãos, o *Eid al-Adha* dos muçulmanos; enfim, o luto transformado em rito é característico de todo o tipo de constituição social. Mais que isso: as datas inaugurais das nações, assim como a constituição de vínculos de identidade nacional, são, em geral, conquistados a partir de fatos traumáticos e violentos, sendo a guerra o modelo maior. Ao mesmo tempo em que uma comunidade comemora uma vitória, a comunidade antagonista lida com a humilhação. “Assim se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas simbólicas que pedem cura” (RICOEUR, 2007: 92)<sup>5</sup>.

Quanto à problemática da memória manipulada, esta se encontra no cruzamento entre memória e identidade. A questão da identidade em Ricoeur não é uma simples oposição à alteridade. Em princípio, para além de todas as positivities da identidade, ela também é frágil na medida em que é alegada. O “quem” da pergunta é seguido por um “... que sou/somos” da resposta, de forma que essa identidade é presumida e está concluída antecipadamente; está pronta para ser anunciada e apoderada, tanto pelo próprio sujeito da pergunta quanto por outros que impõem sua identidade num ato de dominação pela inclusão.

Também o tempo é um duplo problema para a identidade, na medida em que, primeiro, a sociabilidade se altera ao longo da vida e conseqüentemente o caráter de pertencimento da identidade social e, segundo, em nível de sujeito, somente uma dialética entre *mesmidade* e *ipseidade* pode manter o “mesmo” ao longo do tempo de forma positiva, ou, caso contrário, na forma negativa, por meio de uma suplantação da abertura à compreensão por uma inflexibilidade do caráter, ou seja, um fechamento negativo sobre si mesmo.

---

<sup>5</sup> Não é possível deixar de notar aqui a intenção – cristã talvez – de reconciliação de Ricoeur em favor dos sofrimentos infringidos pelos europeus contra eles mesmos e contra o mundo ao longo do Breve Século. Isso leva também a questão do perdão como via de reestabelecimento da posição da Europa na história do mundo ou, como coloca José Carlos Reis, “a última expressão do eurocentrismo” (REIS, 2011: 338-346).

Outra questão delicada para a identidade é a percepção do outro como ameaça. Aqui a identidade é um efeito de rejeição da alteridade. São vários os possíveis exemplos de tal postura acerca da identidade, nas mais diversas culturas, religiões, e mesmo filosofias. Por fim, tem-se também como característica da identidade sua “origem” violenta, a relação que as comunidades históricas apresentam com a guerra como ponto de unidade.

Mas a ligação que se estabelece entre identidade e memória coletiva se dá na esfera da ideologia. Ao se arquitetar uma narrativa fundadora coletiva – as narrativas nacionais são o exemplo mais claro – constituem-se os personagens ao mesmo tempo em que todo o resto da trama é produzida. Assim, relaciona-se a história de determinados sujeitos centrais à história de toda a coletividade. A ideologia de determinado grupo dominante – narrador – serve então como proposta comum de um povo, que por sua vez procede de uma indução manipulada da intenção de legitimação e manutenção de poder.

A ideologia dominante torna-se parte da memória coletiva a partir da manipulação das narrativas fundadoras. Essas histórias são incorporadas por comunidades inteiras e os grupos dominantes se beneficiam dessa manipulação memorial em favor próprio. Mas a manipulação da memória não impõe apenas identidade, mas também esquecimento. Assim, faz-se reconhecer em determinados “heróis” ou grupos fundadores apenas o que se deve ser lembrado, e esquecido o que não serve ao propósito de ideologização. E o mais notável dessa manipulação memorial é que ela é suportada por uma história oficial, que garante legitimidade à manipulação da memória em favor dos dominantes frente os subalternizados.

Por fim, Ricoeur investiga as diferenças entre memória pessoal e memória coletiva. Essa parte já é bastante familiar aos historiadores, por uma dupla via: primeiro, na medida em que o *best seller* de Jacques Le Goff, *História e Memória*, já traz a reflexão sobre o lugar da memória coletiva e pessoal, inclusive apresentando autores e temáticas que também foram discutidas por Ricoeur. Em segundo lugar, desde a década de 1920 (*Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925), Maurice Halbwachs escrevia acerca do tema. Sociólogo durkheimiano, ele integrou um grupo de outros sociólogos que mantinha um diálogo bastante próximo dos historiadores franceses, principalmente os que estavam ligados ao grupo dos *Annales*, como François Simiand e Marcel Mauss. Com a publicação de *A memória coletiva* (1950), cinco anos após sua execução em Buchenwald, os trabalhos de Halbwachs tornaram-se a principal referência para os debates acerca da memória entre

os historiadores franceses. Isto aconteceu até a explosão de estudos memorialísticos que se deu em meados da década de 1980. Das três subseções nas quais Ricoeur debate a memória, esta talvez seja a de mais fácil apropriação por parte dos historiadores devido à familiaridade com estas questões.

Contudo, cabe notar que Ricoeur realiza uma leitura bastante crítica da tese de Halbwachs. A tese que orienta a obra *A memória coletiva* institui que a memória é fundamentalmente social, posto que precisamos dos outros para nos lembrar. Assim, o fator coletivo é inerente à memória; ainda mais, a memória pessoal está submetida à memória coletiva. Assim, por falta de apoios sociais, quando se deixa de fazer parte de determinado grupo, a memória também se torna turva, já que não há mais o contato social que garante a legitimação da memória. Lembrar, portanto, é adotar uma posição coletiva, um ponto de vista compartilhado segundo determinada concepção comum de mundo.

A oposição de Ricoeur a estes pressupostos, e ele a busca na própria obra de Halbwachs, é a de que a marca do social pode ser encontrada apenas na recordação pessoal. A memória, mesmo que coletiva, não é externa, mas própria dos sujeitos. Dessa forma, creditar a memória aos sujeitos não acarreta negar a existência de uma memória coletiva, mas implica que esta é atualizada nos indivíduos. Essa é uma ressalva que deve ser levada em consideração pelos historiadores da atualidade, principalmente aos vinculados à voga de recuperação dos sujeitos na historiografia.

Fica clara aqui a oposição de Ricoeur às propostas que invalidam a ação situada e o homem capaz<sup>6</sup> por meio de determinações provenientes de estruturas inconscientes. A questão que é colocada, portanto, é a de que existe uma memória coletiva, e as formas tratadas anteriormente dão testemunho disso, mas esta não existe sem os sujeitos. Não se pode tratar a memória como uma estrutura vazia, constituída por posições estruturalmente conectadas e interdeterminantes, passível de ter seus espaços simbólicos atualizados, ou

---

<sup>6</sup> A noção de homem capaz foi tardiamente sintetizada por Ricoeur, em sua obra *Percurso do reconhecimento* (2006, a primeira edição francesa é de 2004), mas já utilizada na prática em seus escritos desde pelo menos a década de 1970. Basicamente diz respeito a constituição específica da identidade dos sujeitos tendo em vista as ações que eles podem realizar ou que a eles podem ser imputadas, em oposição à identidade das coisas, representada por propriedades que as caracterizam. Em sua fenomenologia do homem capaz, Ricoeur identifica três dimensões da noção: o poder dizer, o poder fazer e o poder narrar e narrar-se, além da imputabilidade das ações a si mesmo ou a outros. Mas o homem capaz não é o sujeito soberano de si, posto que suas ações podem ser, inclusive, dirigidas ao mal e aos propósitos patológicos, por exemplo; por isso a noção correlata de homem falível. A noção de homem capaz designa basicamente à dimensão ativa e consciente dos sujeitos.

não, em diferentes contextos. A memória é também coletiva, mas não se presta a uma leitura estrutural.

Podemos observar como Ricoeur articula diferentes perspectivas acerca da memória numa síntese capaz de produzir sentido como conjunto, para além dos debates pautados por abordagens parciais da memória. Mas esta síntese aberta e agregadora se constrói sobre uma erudição filosófica pouco habitual ao meio dos historiadores. Em função disso, é necessário um trabalho de “apropriação crítica” (a redundância serve para reforçar o trabalho de adaptação) da filosofia ricoeuriana pelos historiadores. Os meios de apropriação da filosofia ricoeuriana entre os historiados são bastante diversos. Destaquemos alguns deles em função da repercussão e das possibilidades abertas ao ofício do historiador.

### **Caminhos da apropriação da filosofia ricoeuriana entre os historiados**

A obra *A memória, a história, o esquecimento* assume uma tamanha relevância para os debates acerca da memória que François Hartog a coloca no final de um longo levantamento que realiza acerca do tema. Após listar várias obras sobre memória, incluindo livros e filmes, com o intuito de evidenciar a dimensão que o tema da memória assumiu no final do século XX, o historiador escreve: “E ainda tantos outros até o último livro de Paul Ricoeur, publicado em 2000, para o milênio” (HARTOG, 2013a: 134-135). Hartog segue este mesmo modelo de referência à obra de Ricoeur em um outro texto publicado repetidas vezes, intitulado *L'inquiétante étrangeté de l'histoire* (2013b: 223). Uma versão preliminar desse mesmo texto havia sido publicada na revista *Esprit*, também com o título de *L'inquiétante étrangeté de l'histoire* (2011b: 65-76). Em seu livro, *Croire en l'histoire*, no qual François Hartog faz um balanço dos caminhos da historiografia francesa depois da década de 1980, Paul Ricoeur é citado ao longo de toda a obra para dialogar com todos os temas abordados. Ricoeur é o autor mais mencionado em todo o livro; mais que qualquer outro filósofo ou historiador. Todavia, buscamos apresentar nesse artigo apenas as referências de Hartog a Ricoeur no que diz respeito à questão da memória.

A obra de François Hartog é um exemplo de apropriação, de fato, dos debates ricoeurianos acerca da memória. Podemos dizer isso porque há todo um trabalho de readequação das formulações filosóficas de Ricoeur para o campo da história. Hartog,

conhecedor da história e filosofia gregas, sua área de especialização, questiona fortemente a maneira que Ricoeur busca no *pharmakon* de Platão, entre o remédio e o veneno, estabelecer um paralelo entre história e memória.

Se a passagem da memória à escrita era o tema principal do diálogo, Ricoeur propôs, a partir de uma indução que, para memória e história, entre lembrança viva e sepultamento pela escritura historiadora, a metáfora do *pharmakon* pode ser refigurada. Nesse ponto, Hartog é categórico: “[...] neste mito da origem da escrita, Ricoeur gosta de ver ou se arrisca a ler, por extensão, o mito da origem da história. [...] É Ricoeur, e não Platão, que liga memória, escrita, história” (2013b: 125).

Todavia, apesar da ressalva, a continuação do texto de Hartog passa a debater as obras-chaves sobre memória, como os trabalhos de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Yosef Yerushalmi, sob uma lente ricoeuriana, colocando o trabalho do filósofo como “os últimos ecos” (2013b: 126) de toda uma tradição de pesquisa. Hartog acrescenta, um pouco mais adiante, depois de uma outra análise crítica, agora acerca da apropriação da *Poética* de Aristóteles por Ricoeur, a seguinte passagem: “Que me entendam bem, não se deve tomar isso como uma objeção a Ricoeur, mas como um ponto que acrescenta um pouco de estranheza à estranheza e convoca a retornar o texto de Aristóteles!” (2013c: 136). Vale notar que na constituição da noção de regimes de historicidade, Hartog recorre eventualmente à hermenêutica de Ricoeur, aliado a outras referências como Marshal Sahlins, Fernand Braudel, Reinhart Koselleck, Krzysztof Pomian, Hans-Georg Gadamer.

Mais uma vez, podemos dizer que em Hartog há uma apropriação: não apenas o *sentido* do texto ricoeuriano passa a fazer parte de seus trabalhos, mas encontramos também uma *prática* procedimental interpretativa em produções mais recentes do historiador. Mesmo a repetida ideia de “estranhamento” que conduz todo o trabalho de Hartog no que diz respeito à tradução da filosofia ricoeuriana para uma inteligência historiográfica não é mais do que um tema central para a história bastante explorado pelo próprio Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. O estranhamento é a barreira necessária e desejável a partir da qual tanto a história quanto a hermenêutica se constituem na diferença temporal, de um lado, ou na má-compreensão, de outro. Essa apropriação de Hartog é um exemplo da *tradução* do

tema da memória de uma inteligência filosófica para o campo de trabalho do historiador<sup>7</sup>. Contudo, podemos ver os estudos de Ricoeur, ainda sobre memória, serem apropriados para cumprir outras funções.

François Dosse tem publicado vários trabalhos sobre a obra de Ricoeur, ao ponto de podermos indicá-lo como o principal propagador do pensamento do filósofo entre os historiadores<sup>8</sup>. Em seu livro de 2010, *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix* (a tradução é de 2013), Dosse mostra como a narrativa de eventos “volta” a fazer parte das produções dos historiadores após várias décadas de marginalização em favor do estabelecimento de modelos estruturais explicativos, característicos de parte dominante da historiografia francesa na segunda metade do século XX. Eis, nesse historiador, também uma apropriação do pensamento ricoeuriano: Dosse subscreve a tese de Ricoeur de que a historiografia francesa, mesmo nos momentos em que os historiadores se diziam mais afastados das narrativas, era constituída ainda assim por narrações. A ideia de que a narração é uma mediação indispensável para a produção do conhecimento histórico é, inclusive, uma ideia medular subjacente a todo o livro do historiador.

François Dosse investiga nos debates de Ricoeur a proposição de que a “passadidade” (*passéité*) – atributo daquilo que já não é mais – não é observável, mas apenas “memorável”: uma qualidade que pode existir apenas enquanto memória ou a partir dela. Dosse se apropria dessa tese para ressaltar o papel daqueles que, portanto, “produzem” memória. Por meio dos debates desenvolvidos por Ricoeur acerca da memória, Dosse enfatiza os sujeitos implicados na produção de memória como um argumento a favor do retorno da narrativa de eventos (tema do livro em questão), uma vez que a centralidade dos sujeitos é uma das principais características das narrativas históricas.

Um movimento parecido é realizado por Henry Rousso em *La dernière catastrophe* (2012), também se voltando ao tema da passadidade. Rousso persegue em Ricoeur a ancoragem interpretativa para destacar o papel dos sujeitos, mas, dessa vez, não mais um

<sup>7</sup> Vale ressaltar que ao longo de *A memória, a história, o esquecimento*, e em outros textos, Ricoeur citou Hartog várias vezes. O filósofo mostrava-se especialmente interessado pela obra *Le miroir d'Hérodote: Essai sur la représentation de l'autre* (1980).

<sup>8</sup> Entre as principais publicações de Dosse sobre Ricoeur podemos citar: *Paul Ricoeur: Les sens d'une vie* (1913-2005), (2008); *Le moment Ricoeur de l'opération historiographique* (2001) e *Paul Ricoeur révolutionne l'histoire* (1995).

sujeito “da historiografia” ao modo de Dosse e sim como um sujeito cumpridor de uma função específica: a testemunha.

Ainda sobre a problemática dos sujeitos na história, retomemos François Hartog. Ele percorre um caminho similar ao de Rousso para versar acerca do papel das testemunhas em *Evidência da história: o que os historiadores veem* (2011). Nos três casos, Dosse, Rousso e Hartog remetem ao tema da passadidade enquanto processo mnemônico, o qual Ricoeur desenvolve mais plenamente em *A memória, a história, o esquecimento*, mas que já figurava em *Tempo e narrativa*, para desenvolverem seus próprios argumentos: com Dosse acerca do papel desenvolvido pelos sujeitos no que o historiador do IHTP chama de retorno dos eventos; com Rousso e Hartog, para reafirmar o papel da testemunha como mediador central para a produção historiográfica. Interessante notar que nos três casos os historiadores não questionam a noção de passadidade, e nem mesmo é da noção em si que se ocupam, mas de um componente<sup>9</sup> dessa: a memória enquanto meio no qual se percebe a passadidade.

Alguns dos historiadores que mais recentemente têm se dedicado ao debate das relações – e conflitos – que se estabelecem entre história e memória, especialmente François Dosse e Henri Rousso, como já colocado anteriormente, mas também François Bédarida, Philippe Joutard e Annette Wieviorka, passam necessariamente pelas considerações ricoeurianas acerca do tema para constituir seus próprios argumentos, isso porque se criou, a partir da década de 1980, um espaço de disputa entre o projeto crítico da história e a “evidencialidade” da memória. A saída para essa dicotomia estéril concentra-se na complementaridade e não na oposição entre ambas: a história acrescenta a análise crítica ao caráter empático da memória, na mesma medida em que a memória relembra o historiador de que os homens do passado viviam um presente que não é mais, mas que era aberto e, assim, não pode ser desvelado por uma leitura retrospectiva onisciente sob a pena de se perder a qualidade de indefinição da experiência.

Essa resposta é dada por Ricoeur, como colocam Christian Delacroix, François Garcia e François Dosse: “Ricoeur não quer, portanto, opor a fidelidade da memória à verdade da história, mas instala o historiador na dialética dessas duas intenções complementares que se reforçam mutuamente” (2012: 371-372). Dessa forma, a saída para

---

<sup>9</sup> Componente conceitual conforme o define Gilles Deleuze (1992).



uma das principais questões que se coloca aos historiadores a partir de fins do século XX, a saber, a dos liames entre história e memória, é apontada por Ricoeur, ao menos para uma parte dos historiadores que se ocupam do tema. É nesse sentido que podemos dizer que um estudo sobre a obra do filósofo e das associações entre seus trabalhos e a historiografia contemporânea pode contribuir para lançar luz em direção às bases teórico-conceituais sobre as quais os historiadores têm construído suas próprias obras.

Após as publicações de Pierre Nora sobre os lugares de memória, em particular o último volume da coleção, instituiu-se o entendimento de que vivemos um “momento-memória”, um certo tipo de tirania da memória, segundo a denúncia de Nora. Comemora-se tudo; mantêm-se vivas todas as lembranças; não há sepultamentos, apenas uma agonizante distanásia, o que, por fim, implica num impedimento para a história. Para além de uma questão de fronteiras ou de influências recíprocas, o espaço ocupado pelo império da memória acaba por forçar a história rumo a um passado cada vez mais distante, para longe de qualquer ferida que ainda pode se manter aberta na memória. Este é um problema central para os historiadores.

Lembremos que ao longo da obra *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur ressalta diversas vezes que seu trabalho não busca realizar uma apologia da memória, nem submetê-la, por outro lado, à história. O filósofo faz questão de pontuar que seu trabalho não pertence e não corrobora, absolutamente, esta corrente memorialística opressiva. A obra de Ricoeur permite que caminhos para a superação do que Nora chama de tirania da memória.

A distinção entre “trabalho de memória” e “dever de memória”, não redutíveis um ao outro, libera um desses caminhos. Enquanto o dever de memória é uma ferramenta da justiça, que busca “extrair das lembranças traumatizantes seu valor exemplar” (RICOEUR, 2007: 101), o trabalho de memória não serve (necessariamente) aos interesses de juízo, de forma que há uma libertação da necessidade em favor do tempo, e dessa forma pode tornar-se viável uma terapêutica do luto. É nesse sentido que no livro *Comment se fait l’histoire: pratiques et enjeux* (2011: 175), François Cadiou, Clarisse Coulomb, Anne Lemonde e Yves Santamaria se pautam na filosofia ricoeuriana para trazer à história os avanços obtidos por Ricoeur:

Paul Ricoeur (2000) fornece uma distinção útil entre a memória "impedida", "manipulada" e "obrigada", e em consequência convida 'ao trabalho de memória', uma noção considerada menos esterilizante que a onipresente 'dever de memória', esta via obrigatória para muitas exortações de políticos (tradução nossa).

Não se trata simplesmente de uma transferência da filosofia ricoeuriana para o domínio da história, mas de uma apropriação que almeja um deslocamento de fundo, latente. Com o auxílio da filosofia ricoeuriana, o historiador não precisa submeter seus resultados a uma heurística da justiça, permitindo uma saída para a pesquisa histórica, em plenitude, para seu trabalho científico e para sua ambição de verdade. O historiador pode fazer história sem ter que julgar, liberando assim a história de uma das principais pressões exercidas pela memória. Essa é uma *recepção* possível, ainda que bastante questionável (REIS, 2011: 255-256; 329-346).

Sobre o mesmo tema, mas com uma leitura diametralmente oposta, em *Entre histoire et mémoire* (2005), Régine Robin questiona a tentativa de escapar do dever de memória por meio de uma política da "justa memória" no estilo ricoeuriano. Robin contesta justamente a tese medular de toda a obra *A memória, a história, o esquecimento*: que pessoa, instância ou instituição definirá o que é uma política da "justa memória"? Robin faz uma longa leitura das teses de Ricoeur acerca desses dois modos de conceber a relação que se estabelece com o passado. A autora constrói o seu texto articulando um paralelo das formulações clássicas de historiadores acerca do tema da memória e, conjuntamente, discute os posicionamentos de Ricoeur. É importante observar, coloca a autora, que não se trata de uma crítica aos debates ricoeurianos sobre memória, mas de um diálogo construtivo:

[...] não se trata, para mim, de discutir como tais as teses do livro de P. Ricoeur, mas, em contraponto, de mostrar como a partir delas, às vezes fazendo ecos polêmicos delas, pode-se colocar uma outra temática, que não visa contradizê-las ou ultrapassá-las, mas interrogá-las (ROBIN, 2005: 39-40, tradução nossa).

É ressaltada aqui a função político-social do trabalho do historiador. A partir das duas leituras opostas colocadas anteriormente, podemos perceber como a filosofia de Ricoeur é rica enquanto base teórica para argumentos diversos de historiadores acerca da

temática da memória. Os conceitos de “dever de memória” e “abuso de memória”, ambos discutidos longamente por Ricoeur, têm, enfim, e apesar da oposição de sentido, uma convergência no que diz respeito à característica imperativa. Os dois se apresentam como imposições da memória no espaço público-político: a memória *deve* estar sempre presente para que dela se tire lições, no caso do primeiro, ou ela *deve* estar presente para que se resolvam os conflitos, no caso do segundo. De qualquer forma, é em função do aumento do espaço ocupado politicamente pelo passado que se impõe – e aqui duplamente, como dever e abuso – a primazia da memória. Daí que se preconiza aos historiadores compreender o mais amplamente possível o fenômeno memorial, na medida em que é dos limites e intersecções entre história e memória que depende, em parte, o futuro do trabalho de historiador.

Em um texto de fevereiro de 2013 intitulado *La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli: une réception et une appropriation internationales*, Catherine Goldenstein faz um balanço das apropriações da obra de Ricoeur, mas com um intuito diferente do nosso. O foco recai sobre a apropriação política das formulações ricoeurianas acerca da memória. Após expor um quadro das traduções para diversos idiomas da obra de Ricoeur, a autora segue com a apresentação de cinco casos nos quais a memória é tratada em âmbito político a partir do trabalho do filósofo. Sucintamente, a autora discorre sobre as “comemorações” do bicentenário da separação da Finlândia e Suécia, resultado da guerra entre esta última e o Império Russo; o Japão e os questionamentos ligados às penas de morte no país; as pesquisas em história oral na Romênia pós-comunista; as comissões da verdade na América do Sul, instauradas após as ditaduras militares das décadas de 1960-1980; e, por fim, o exemplo maior da aplicação política das teses ricoeurianas na África do Sul com a Comissão da Verdade e Reconciliação.

Estes são três diferentes padrões que os historiadores encontram para a aplicação da reflexão ricoeuriana sobre a memória a fim de discutirem temas diversos: a abertura para a cientificidade do conhecimento histórico para além de pressões políticas; o caminho para a politização e destaque das funções sociais dos historiadores, e, por fim, a fundamentação teórica para ações políticas contemporâneas.

Após acompanhar as argumentações ricoeurianas sobre a questão da memória e o trabalho de apropriação de alguns historiadores acerca do tema, acreditamos poder, por fim,

considerar que para Ricoeur, o importante é fazer a memória “trabalhar”. A ideia de trabalho de memória busca afastar qualquer passividade em relação à memória. As várias categorias de trabalho da memória mostra como o fenômeno mnemônico é bastante mais complexo que a oposição entre uma história que sepulta e uma memória que mantém vivo o passado. A retomada do conceito freudiano de “trabalho de luto” é ponto de partida para o desenvolvimento de toda uma articulação dos aspectos de arquivamento, impedimento, manipulação, obrigação (ou dever de) da memória; assim como o antagonico esquecimento, seja ele institucional, obrigado (ou, novamente, dever de), de reserva ou feliz. Ao considerar a memória a partir dos aspectos anteriormente citados, a dimensão ética é destacada. Os usos políticos da memória são trazidos ao centro do debate com Ricoeur, como fica claro, entre outros, nos trabalhos de Régine Robin e Catherine Goldenstein anteriormente citados.

Entre a história que faz da memória um “novo objeto” e a memória que submete a história à sua fidelidade, as nuances são muitas e a ampliação do questionário acerca das relações entre história e memória possibilitada pela filosofia de Ricoeur é enorme.

Por fim, parece-nos necessário reproduzir a ressalva de Ricoeur que fecha sua meditação sobre a memória:

Faço questão de dizer, ao cabo deste capítulo dedicado à prática da memória, que minha empreitada não depende desse ‘ímpeto de comemoração memorial’. Se é verdade que o ‘momento-memória’ define uma época, a nossa, meu trabalho ambiciona escapar aos critérios de pertencimento a essa época, seja em sua fase fenomenológica, epistemológica ou hermenêutica. Com razão ou não. Por isso ele não se sente ameaçado, mas confortado, pela conclusão de Pierre Nora, que anuncia um tempo em que ‘a hora da comemoração estará definitivamente encerrada’. Pois não é com a ‘tirania da memória’ que ele quis contribuir. Esse abuso dos abusos é daqueles que ele denuncia com o mesmo vigor que o faz resistir à substituição do trabalho de luto e do trabalho de memória pelo dever de memória e limitar-se a colocar esses dois labores sob a égide da ideia de justiça (RICOEUR, 2007: 103-104).

Após o projeto dos *Lieux de Mémoire* de Pierre Nora, os historiadores foram expostos a uma avalanche de conteúdo acerca do tema. As produções decorrentes de tal obra se multiplicaram exponencialmente. A falsa impressão de que todas as pontas do debate já estão aparadas é reorientada em favor de uma miríade de novas compreensões por

meio da filosofia ricoeuriana. A superação de toda uma era comemorativa, tal como anunciada por Nora ao fim de sua enorme empreita, parece-nos, ainda não chegou; de forma que os pesquisadores que se dedicam ao tema ainda têm muito a dizer sobre os ganhos recíprocos e as disputas entre a fidelidade ambicionada pela memória e a verdade almejada pela crítica histórica.

## Referências

BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução Paulo Neves. 4ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. *Comment se fait l'histoire: Pratiques et enjeux*. Paris: La Découverte, 2011.

CURTIUS, Ernst Robert. *Literatura Européia e Idade Média Latina*. Tradução: Teodoro Cabral e Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1996.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Tradução: Roberto Ferreira Leal. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

DELEUZE, Gilles. *O que é a filosofia?* Tradução Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Munoz. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. Tradução: Constancia Morel. São Paulo: UNESP, 2013.

DOSSE, François. *Paul Ricoeur: Les sens d'une vie (1913-2005)*. Paris : La Découverte, 2008.

\_\_\_\_\_. Le moment Ricoeur de l'opération historiographique. *Vingtième siècle, revue d'histoire*. n° 69, janvier-mars 2001. p. 137-152.

\_\_\_\_\_. Paul Ricoeur révolutionne l'histoire. *Espaces Temps*. N° 59-61, 1995. p. 6-26.

GOLDENSTEIN, Catherine. La Mémoire, l'Histoire, l'Oubli: une réception et une appropriation internationales. In: \_\_\_\_\_.; DOSSE, François (dir.). *Paul Ricoeur: penser la mémoire*. Paris: Seuil, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. 2ª ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Centauro, 2012.

\_\_\_\_. *Les Cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1925.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*. Trad: Andréa Souza de Menezes et.al. Belo Horizonte: Autêntica, 2013a.

\_\_\_\_. *Croire em l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013b.

\_\_\_\_. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira com a colaboração de Jaime A. Clasen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011a.

\_\_\_\_. L'inquiétante étrangeté de l'histoire. *Esprit* (Février) 2/2011b. p. 65-76.

HARTOG, François. *Le miroir d'Hérodote: Essai sur la représentation de l'autre*. Paris : Gallimard, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Irene Ferreira, Suzana Ferreira Borges e Bernardo Leitão. 5ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2010.

NORA, Pierre (dir.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, c1984-c1993. (Tomo 1, volume único: La République, 1984; Tomo 2: La Nation, Vols. 1: Héritage - Historiographie - Paysages, 2: Le Territoire - L'État - Le Patrimoine e 3: La Gloire - Les Mots, 1986; Tomo 3: Les France, Vols. 1: Conflits et partages, 2: Traditions e 3: De l'archive à l'emblème, 1993).

ONG, W. J. *Oralidade e cultura escrita: A tecnologização da palavra*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas: Papyrus, 1998.

REIS, José Carlos. *História da "consciência histórica" ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e Ideologias*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_. *Percurso do reconhecimento*. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Unicamp, 2007.

\_\_\_\_. *Soi-même comme un autre*. Paris : Seuil, 1990.

\_\_\_\_. *Tempo e narrativa: Volume 1: A intriga e a narrativa histórica*. Tradução: Claudia Berliner. Revisão da tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Introdução: Hélio Sales Gentil. Volume 2: A configuração do tempo na narrativa de ficção. Tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Revisão da tradução: Claudia Berliner.

Volume 3: O tempo narrado. Tradução: Claudia Berliner. Revisão da tradução: Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

ROBIN, Régine. Entre histoire et mémoire. In: MÜLLER, Bertrand (dir.). *L'histoire entre mémoire et épistémologie*: Autour de Paul Ricoeur. Lausanne: Payot, 2005.

ROUSSO, Henry. *La dernière catastrophe*: l'histoire, le présent, le contemporain. Paris: Gallimard, 2012.

ZUMTHOR: *A letra e a voz*. A “literatura” medieval. Trad. Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

**Recebido em:** 05 de julho de 2017

**Aceito em:** 05 de setembro de 2017